

* A. C. Portinari Greggio



No último artigo mostramos que a maior democracia do mundo, os Estados Unidos, cujo regime político serviu de modelo à maioria das nações independentes e novas repúblicas surgidas nos últimos 200 anos, não menciona uma só vez a palavra democracia na sua Constituição. Mostramos que os fundadores dos Estados Unidos não queriam saber de democracia, porque consideravam que democracia não combina com liberdade.

Vimos também que, por outro lado, o termo democracia é insistentemente mencionado nas “constituições” das piores ditaduras da História, tais como China comunista, Coreia do Norte, Cuba e Albânia.

E, é claro, a democracia é repetidas vezes invocada na constituição brasileira de 1988. E terminávamos: Sendo assim, só nos resta concluir que a tão falada democracia foi inventada noutro lugar, com outro propósito.

É o que veremos no próximo artigo.

Bem, democracia é palavra grega; e o mais abrangente tratado sobre a organização do Estado e os diversos regimes políticos possíveis é, sem dúvida, a Política de Aristóteles.

Na época de Aristóteles a Grécia já era país antigo, com séculos de história. Embora os gregos se identificassem como uma só nacionalidade, seu país era subdividido em dezenas de cidades-estados independentes que, na sua diversidade, haviam experimentado de tudo em matéria de regimes, constituições, ideologias e sistemas de governo: comunismo, repúblicas, teocracias, ditaduras, monarquias absolutas, monarquias liberais, oligarquias, aristocracias e, é claro, democracias. Pequeno território onde se falava uma só língua, no qual as cidades, interligadas por mar, podiam rapidamente ser visitadas, a Grécia clássica era um laboratório político inigualável, de cuja fervilhante atividade Aristóteles participava. Pode-se afirmar que nunca mais na História existiu algo igual à Grécia, em matéria de experimentos políticos; e nunca mais aconteceu outro Aristóteles.

Essa é a razão pela qual, nesta série de artigos sobre democracia, vamos apegar-nos à definição dada por Aristóteles, mais tarde retocada por Políbio. São autores antigos. Será que seus conceitos ainda têm validade? A história do pensamento político nos 23 séculos seguintes diz que sim, enfaticamente. E, quando passarmos ao exame da fraude que é o conceito moderno, e mais ainda o pós-moderno, de democracia, veremos que a chave para desmontar o sofisma está no seu confronto com a definição ortodoxa de Aristóteles.

Na Política, Aristóteles evidentemente discute a democracia praticada na Grécia.

Considerava-a como regime instável, exposto à degeneração ou à corrupção e, por essas razões, difícil de manter. Uma democracia estável só poderia existir em raros casos, quando aplicada a comunidades com as seguintes características: (1) compostas de indivíduos naturalmente iguais, (2) cujo número permitisse que, quando reunidos em assembleia, a voz de cada um pudesse ser ouvida por todos os demais, (3) que vivessem dispersos (como, por exemplo, pastores, agricultores ou navegadores), (4) que só se reunissem esporadicamente, para tratar dos assuntos de interesse comum, (5) que fossem individualistas, auto-suficientes e aptos para defender-se por si mesmos, (6) cujo governo jamais se intrometesse nas suas vidas privadas, (7) cuos tributos fossem pagos de modo equitativo, e despendidos exclusivamente no interesse comum, (8) regidos por contrato solene, cujas regras ninguém pudesse quebrar ou modificar, ainda que a maioria o quisesse.

Na democracia assim descrita o poder do governo é mínimo. Os cargos políticos são encarados como obrigação ou serviço à comunidade. Governar é abacaxi que ninguém deseja, de modo que todos se afastam da política. Os que aceitam não são remunerados, não enriquecem, nem sequer adquirem poder sobre os demais e, ao término do mandato, só ganham agradecimentos e votos de louvor. Quando ganham.

Longe de considerar a democracia como regime desejável ou virtuoso, Aristóteles a enumerava apenas como mais uma forma de governo, entre outras. Forma peculiar, que só servia em casos excepcionais e, se fosse aplicada fora das suas condições naturais, seria impraticável, ou pior, não seria regime, mas doença política degenerativa.

A democracia degenerativa, ou a degeneração democrática, é coisa que muito nos interessa porque começa a indicar o rumo das nossas investigações. (Lembre-se o leitor: nosso objetivo é revelar o que é, afinal, essa democracia que todos elogiam tanto nos tempos atuais.) Examinando a lista de requisitos da democracia estável, o leitor verificará que a primeira é que a comunidade seja constituída de pessoas naturalmente iguais. Que acontece quando se tenta aplicar a democracia a uma sociedade de pessoas naturalmente desiguais? Simples: essa coisa – pois não é democracia, é coisa cujo nome aprenderemos adiante – automaticamente iguala por baixo os desiguais, de modo que os piores elementos, que nesse caso são a maioria, passam a dominá-la.

Eis como Aristóteles descrevia a degeneração democrática:

Há uma forma de república (...) na qual o poder supremo não emana da Lei, mas da multidão, cujas reivindicações passam por cima da Lei. Pois nas repúblicas constitucionais, os melhores cidadãos ocupam os primeiros lugares, e não há espaço para demagogos; mas onde a Lei não é suprema, os demagogos prosperam. Esse tipo de regime é degeneração da república, assim como a tirania é degeneração da monarquia. O espírito de ambas as degenerações é o mesmo. Os decretos da multidão se assemelham aos éditos do tirano; e o demagogo que corteja o povo corresponde ao cortesão que bajula o ditador. (...) Os demagogos, submetendo as decisões políticas às assembleias populares, fazem que as vontades da multidão fiquem acima da Lei. E como o povo é conduzido pelos demagogos, estes se engrandecem. Se alguém não se conforma e recorre à Justiça, os demagogos dizem: “que o povo decida.” E o povo aceita com prazer a incumbência. Desse modo as autoridades constituídas se

desmoralizam. Essas democracias, na verdade, não têm Constituição; pois onde a Lei não tem autoridade, não há Constituição. (Aristóteles, Política, livro IV, 4).

No próximo artigo verificaremos que a degeneração democrática tem um nome, aplicado por Políbio, um dos sucessores de Aristóteles na linhagem de grandes autores políticos. Trata-se da oclocracia, a ditadura da ralé.

* Economista, ex-aluno da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo